

**Veja**

**21/10/1970**

## COMPORTAMENTO

### Os miseráveis

A velha marmita com um pouco de feijão e farinha — que eles comem sem esquentar, sentados à sombra de uma árvore qualquer — lhes valeu um estranho apelido: os "bóias frias". São quase 500 000 homens, mulheres e crianças, favelados das cidades do norte do Paraná, que às primeiras horas da manhã embarcam em grupos de sessenta ou setenta, em desmantelados caminhões, carregando foices e enxadas, com destino às fazendas da região. Depois de viajar algumas horas por estradas de terra velhas, acabam despejados em uma lavoura qualquer, onde trabalharão até a noite, por um salário que raramente chega aos 6 cruzeiros por dia. Sem registro profissional, sem esperança de aposentadoria, sem seguro contra acidentes nem assistência médica, essa gente (30% da mão-de-obra rural do Paraná) capina, semeia, colhe e ensaca grande parte da produção de café, algodão, cana, amendoim, feijão e soja do Estado. E quase nada adiantam os frequentes apelos que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná (FTAP) tem feito ao delegado do Trabalho em Curitiba. No seu último relatório, liberado dias atrás, a federação chega a afirmar: "Não basta que milhões de brasileiros lutem para o desenvolvimento do país, enquanto outros pouco se importam com a miséria, o mal-estar, a intranquilidade e a injustiça em torno de si". Principalmente porque o problema dos "bóias frias" do Paraná é muito recente.

Café amargo — De fato, se essa imensa massa de trabalhadores flutuantes representa hoje o maior problema social do Estado, há apenas cinco anos eles não existiam. Desde o início da povoação do Paraná, a partir da década de 40, nunca faltou trabalho para nordestinos, paulistas e mineiros que desciam para o sul, em busca de riquezas da famosa terra roxa paranaense. Em 25 anos surgiram 150 novas cidades no norte do Paraná e a grande floresta subtropical foi substituída por fabulosos cafêzais. A população cresceu de 1,2 milhão de habitantes em 1940 para 4,3 milhões em 1960.

Em 1964, entretanto, foi iniciada a erradicação do café: desapareceram 526 milhões de cafeeiros no Paraná, liberando cerca de 150 000 trabalhadores rurais. Teoricamente, essa mão-de-obra deveria ser absorvida por outras culturas surgidas no lugar do café. Mas 50% da área dos antigos cafêzais transformou-se em pastagens — e "onde entra o boi, sai o homem", diz um ditado repetido melancolicamente pelos lavradores. Em 1965 sucederam-se as geadas, vieram as pragas e, em 1967, surgiu o que alguns fazendeiros consideram como o mal maior: o Estatuto do Trabalhador Rural, obrigando o empregador a pagar salário mínimo, 13º, férias, horas extras e previdência social. Assustados com o Estatuto, muitos deles despediram seus colonos, impulsionando de uma vez o mecanismo que já gerava o aparecimento dos trabalhadores avulsos.

Os "gatos" — Hoje, entre os fazendeiros despreocupados e os lavradores desempregados, surge um novo personagem, esperto, frio e indiferente. São os "gatos", empreiteiros oportunistas, os donos de caminhões que negociam com os fazendeiros, oferecendo-lhes a mão-de-obra dos lavradores avulsos. Durante a semana os "gatos" levam e trazem os "bóias frias" para a lavoura, ganhando com isso uma comissão que chega até os quatrocentos cruzeiros por dia. E, enquanto eles continuam tranquilos em seu rendoso trabalho, os donos de terra tentam livrar-se de qualquer responsabilidade, culpando a legislação, as geadas, as pragas e o próprio governo pela existência e pela proliferação dos "bóias frias". De qualquer modo, conforme diz o relatório da FTAP, que já foi encaminhado ao próprio ministro do

Trabalho, Júlio Barata, "não se podem negar os direitos dessa gente — pois o preço do desenvolvimento não deve ser pago pelo mais fraco".

***(Página 111)***